

REQUERIMENTO 028/2026

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Mandirituba/PR

C/C à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

ASSUNTO: Solicitação de cópias de instrumentos contratuais, demonstrativos de desembolso e relatórios de execução financeira das Leis Municipais nº 1.451/2025 e nº 1.452/2025.

DIOGO CABEÇÃO, Vereador no exercício de suas atribuições constitucionais e regimentais, garantidas pelo Art. 31 da Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e com fulcro na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o envio de expediente oficial contendo as informações e cópias de documentos a seguir especificados:

1. Operação de Crédito – Caixa Econômica Federal (Lei nº 1.451/2025)

No que tange à operação de crédito autorizada de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) junto à Caixa Econômica Federal (Programa FINISA), solicita-se:

- a) Cópia Integral do Contrato: Cópia digitalizada do contrato definitivo assinado entre o Município de Mandirituba e a instituição financeira, acompanhado de todos os seus anexos, cronogramas de amortização e termos aditivos, se houver;
- b) Demonstrativo de Valores: Informação oficial sobre o valor total contratado e o montante financeiro efetivamente liberado (desembolsado) pela instituição até a presente data;
- c) Extrato de Conta Vinculada: Cópia dos extratos bancários consolidados da conta corrente específica onde foram depositados os recursos desta operação de crédito, desde a abertura até o mês vigente.

2. Operação de Crédito – Banco do Brasil S.A. (Lei nº 1.452/2025)

No que tange à operação de crédito autorizada de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) junto ao Banco do Brasil S.A., solicita-se:

- a) Cópia Integral do Contrato: Cópia digitalizada do contrato definitivo assinado entre o Município de Mandirituba e a instituição financeira, acompanhado de todos os seus anexos, cronogramas de pagamento e termos aditivos, se houver;
- b) Demonstrativo de Valores: Informação oficial sobre o valor total contratado e o montante financeiro efetivamente liberado (desembolsado) pela instituição até a presente data;
- c) Extrato de Conta Vinculada: Cópia dos extratos bancários consolidados da conta corrente específica onde foram depositados os recursos desta operação de crédito, desde a abertura até o mês vigente.

3. Relatório de Destinação e Execução Orçamentária

Para ambas as operações de crédito (Leis nº 1.451/2025 e nº 1.452/2025), requer-se:

- a) Relação de Pagamentos: Relatório gerencial discriminando quais obras, projetos ou ações foram custeados com os valores liberados de cada empréstimo, indicando os números das notas de empenho, liquidação e pagamento, bem como os nomes e CNPJs das empresas beneficiárias.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa estritamente subsidiar as atividades de acompanhamento orçamentário e fiscal deste gabinete parlamentar no tocante à evolução da Dívida Consolidada Líquida (DCL) do município no exercício de 2026.

Considerando que as Leis Autorizadoras nº 1.451 e nº 1.452 foram aprovadas no primeiro trimestre do ano anterior (2025), faz-se necessária a análise do estágio atual de execução dos contratos, dos montantes já utilizados e do saldo remanescente em caixa.

O fornecimento dessas informações e cópias contratuais atende aos preceitos de transparência e publicidade estrita que regem as operações de endividamento

público, garantindo a este Legislativo o pleno conhecimento do fluxo financeiro que compromete receitas futuras do município, resguardando a hígidez das contas públicas de Mandirituba.

Nestes termos, sob a égide do prazo legal, pede e aguarda deferimento.

Mandirituba/PR, 29 de maio de 2026.



Diogo Cabeção

Vereador – Partido Cidadania